

A nighttime cityscape with illuminated skyscrapers and light trails from cars on a road. The image is framed by a large blue and black abstract shape.

RELATÓRIO E **CONTAS** 2021

PARTE I – RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Acionistas,

De acordo com a Lei, designadamente quanto ao estabelecido no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, e com os Estatutos, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais, da Reditus SGPS, S.A., relativos ao exercício de 2021.

No presente exercício as demonstrações financeiras de 2020 foram reexpressas. Os principais ajustamentos referem-se à reexpressão por imparidades nas empresas Techinfor e All2IT.

1. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Economia internacional

A economia mundial em 2021 foi ainda profundamente marcada pelas consequências da pandemia de Covid-19 que já tinha marcado o ano anterior quando se registou a maior recessão mundial desde o rescaldo da Segunda Guerra Mundial. Em 2021 deu-se uma recuperação importante dos mínimos de 2020 e, na União Europeia, a maioria dos países tinha recuperado, no final do ano, as perdas do ano anterior. Após a quebra de 2020, estima-se que o crescimento da economia mundial em 2021 tenha chegado a de 5,9%.

A pandemia afetou a oferta e a procura pelo modo como afetou a atividade e mobilidade das populações e deu origem a um conjunto de respostas por parte dos governos das principais economias de dimensão histórica e que terão atenuado o resultado dos enormes impactos económicos e financeiros da situação sanitária mundial durante este período e ajudado ao crescimento em 2021. Por outro lado, as disrupções atrás referidas e a escassez de algumas matérias-primas e fontes primárias de energia, para além das dificuldades logísticas internacionais, afetando sobretudo o transporte marítimo, numa fase inicial, levaram a um movimento geral de subida de preços que era, no final do ano, já encarado por muitos analistas como prenunciando o início de um ciclo inflacionário.

Economia portuguesa

Em 2021, o PIB português registou o crescimento mais elevado desde 1990, na sequência da recuperação face à retração histórica do ano anterior. No entanto, tal como em Espanha, mas diferentemente do que se passou em muitos dos países da União Europeia, o seu valor em dezembro de 2021 ainda se manteve abaixo do registado no período pré-pandémico. Este crescimento económico foi acompanhado por uma evolução positiva do mercado de trabalho, tendo-se registado, em 2021, uma diminuição da população desempregada e, conseqüentemente, da taxa de desemprego, para níveis rondando os 6%.

Embora com algum atraso face ao resto da Zona Euro, no último trimestre do ano, registou-se uma intensificação das pressões inflacionistas, sobretudo devido à evolução dos preços dos produtos

energéticos, tendo a inflação em Portugal atingido já em março de 2022 o valor mais elevado desde junho de 1994. No final de 2021, a aceleração de preços na produção industrial era mais acentuada do que nos preços no consumidor.

O volume de exportações portuguesas recuperou em 2021, mas permanece ainda abaixo do nível pré-pandemia. Num contexto de perturbações nas cadeias de fornecimento globais, o crescimento das exportações de bens desacelerou a partir do segundo trimestre de 2021, enquanto as exportações de serviços aceleraram, sustentadas pela recuperação gradual no turismo.

Ainda assim, os indicadores de dinamismo empresarial sinalizam uma tendência de recuperação em 2021, com uma redução do número de novos processos de insolvência, uma recuperação do investimento e da rentabilidade das sociedades não financeiras.

Em 2021 verificou-se uma redução do défice orçamental para 2,8% do PIB (tinha sido de 5,8% em 2020), resultado de um crescimento da receita superior ao da despesa, fruto da recuperação da atividade económica e do recebimento de fundos comunitários. Para o aumento da despesa contribuiu o aumento do emprego no sector público. O peso da dívida pública em percentagem do PIB diminuiu para menos de 130%.

1.2. Enquadramento Sectorial

O mercado português de TIC

A pandemia e as bruscas alterações por esta provocada nos modelos das economias globais e nos hábitos de consumo das empresas e dos particulares, revelaram um novo paradigma social e económico. A influência do digital na economia está a assumir níveis crescentes de relevância e importância na Economia dos países e naturalmente na portuguesa. De acordo com a IDC, mais de 50% do PIB português tem influência do digital e pela primeira vez na história existe uma relação inversa entre o sector das TI e a Economia que levou a que mesmo com uma das maiores quebras da história no PIB, o mercado de TI continuou a crescer.

De facto, de acordo com este analista, no ano passado, apesar da quebra de quase 5% do PIB, o mercado de TI mundial cresceu quase 3% e em Portugal, onde a quebra do PIB foi maior, quase 10%, o mercado de TI cresceu cerca de 2%.

Este analista estima um crescimento do sector português das TI um pouco abaixo dos 5% até 2025, afetado pelo aumento a 2 dígitos das tecnologias da 3ª plataforma e uma redução de 4% dos investimentos nas tecnologias da 2ª plataforma, que, ainda assim, continuam a ter uma expressão significativa no valor do mercado.

Como resultado, verificou-se uma aceleração na transição da 2ª para a 3ª plataforma tecnológica e nos aceleradores de inovação, motivados por um aumento da procura digital dos consumidores e dos estímulos governamentais.

O mercado de TI apresenta assim boas perspetivas de futuro suportado pela necessidade de promover uma economia cada vez mais digital. Para este efeito irão contribuir uma necessidade de acelerar os processos de transformação digital das empresas e do sector público, a formação e a captação de mais recursos técnicos, mas também uma definição de um desígnio nacional para a liderança no digital e foco na sustentabilidade.

O mercado internacional de TIC

No plano internacional, a Gartner prevê que os gastos em Tecnologias de Informação (TI) atinjam os 4,5 biliões de US dólares em 2022, valor que representa um crescimento de 5,1%, relativamente a 2021. Este valor representa uma redução das suas previsões em relação ao relatório anterior, no qual estimou um aumento de 5,5%.

Para a região da EMEA a consultora prevê um crescimento ligeiramente inferior, mas ainda assim significativo, na ordem dos 4,6%.

O crescimento do sector das TI deve-se essencialmente ao reforço nos investimentos das empresas, derivado das expectativas de recuperação económica e à expansão do mercado digital, apesar dos potenciais impactos da variante Ómicron.

Até 2023, as suas expectativas apresentam um crescimento à volta de 5% para todos os continentes.

Por segmentos, o software de negócios e os serviços de TI sofrerão um crescimento enorme a rondar os 11% e os 7,9% respetivamente. Os sistemas de *data center* e equipamentos hardware terão um crescimento mais moderado, embora expressivo, a rondar os 4,7% e os 3,3%, respetivamente, enquanto os serviços de comunicações crescerão apenas 1,3%.

A consultora acredita que, até 2025 o segmento de serviços de consultoria terá um peso ainda mais significativo nos gastos de TI, uma vez que o aumento da urgência e o ritmo acelerado das mudanças ampliam a lacuna entre as estratégias de negócios e seus recursos e capacidades internos.

Em 2020 o mercado de software de aplicações corporativas em nuvem superou as vendas destas aplicações fora da nuvem — isto foi motivado, em parte, pela pandemia. A expectativa é que este segmento continue a crescer e que em 2025 atinja o dobro do tamanho do mercado fora da nuvem fruto de uma maior opção das organizações pelos modelos de software como serviço (SaaS) com vista a obter maiores ganhos de flexibilidade e agilidade.

Previsão mundial de despesas (milhares de milhão de dólares)						
	Despesas em 2021	Crescimento em 2021	Despesas em 2022	Crescimento em 2022	Despesas em 2023	Crescimento em 2023
Sistemas de <i>data center</i>	216,3	11,4%	226,4	4,7%	237	4,7%
Software corporativo	604,9	14,4%	671,7	11%	751,9	11,9%
Equipamentos HW	787,4	13%	813,6	3,3%	804,2	-1,2%
Serviços de TI	1.186,1	10,7%	1.279,7	7,9%	1.391,7	8,8%
Serviços de comunicação	1.444,3	3,4%	1.462,7	1,3%	1.494,1	2,2%
Total	4.239,1	9%	4.454,3	5,1%	4.679,1	5%

Tendências Tecnológicas

As estimativas da IDC e da Gartner sobre a contribuição do digital e das TI para o PIB mundial indiciam um impacto crescente destas na produtividade das organizações, bem como para o desenvolvimento de modelos económicos e sociais mais competitivos e sustentáveis.

Esta é uma tendência e um sinal distintivo das novas empresas, que nascem já dentro de um ambiente tecnológico bastante competitivo, mas também das Empresas e Organizações, públicas e privadas, que pretendem manter a competitividade e ajustar o seu modelo de prestação de serviços aos ritmos e necessidades dos seus diversos públicos.

Através das novas tecnologias e das novas aplicações destas, as Organizações serão capazes de fornecer serviços a partir dos quais desenvolvem as suas vantagens competitivas. Para a IDC a tecnologia terá um impacto muito significativo em áreas como a Produção Inteligente, Redes Digitais, Comércio Omnicanal, Otimização de Cadeias de Distribuição Digitais, na Gestão da Experiência do Cliente Bancário e Modernização dos Serviços Públicos e de Justiça.

Para a IDC o desenvolvimento tecnológico apresenta vários desafios para as Organizações num futuro próximo, em áreas como:

- **Ciclo Virtuoso:** Até 2026, 65% dos CIO vão manter um ciclo de capacitação, agilidade e resiliência com base na tecnologia, através do *governance* colaborativo, novos modelos de entrega de serviços e orientação dos resultados de negócio.
- **Foco nos resultados:** Até 2023, 60% dos CIO vão ser maioritariamente avaliados pela sua capacidade de co-criar novos modelos de negócio e alcançar resultados através de altos níveis de colaboração empresarial e ao longo do ecossistema.
- **Dívida tecnológica:** Até 2025, 75% dos CIO e CFO serão forçados a acelerar ou a implementar práticas formais de gestão da dívida tecnológica devido ao atraso de projetos ou falhas causadas por dívidas tecnológicas por resolver.
- **Capacitação dos utilizadores:** Dada a crescente necessidade de espaços de trabalho inteligentes e híbridos, até 2024, 60% dos CIO irão re-imaginar o apoio aos utilizadores e criar equipas com base em centros de excelência para guiar os investimentos necessários em tecnologia e processos.
- **Gestão dos dados:** Até 2026, 85% das organizações cujas políticas de dados inibem as suas estratégias operacionais e de negócio irão capacitar os seus CIO para liderar os investimentos em *governance*, qualidade e *compliance* de dados em toda a organização.
- **Infraestrutura digital:** Até 2024, 40% dos CIO não vão conseguir capacitar o IT para implementar infraestruturas digitais modernas, oferecer uma *governance* unificada da tecnologia e suportar resultados de negócio potenciados pela infraestrutura.
- **Custos diretos:** Pressionadas pelos investidores para minimizar as despesas SG&A, até 2024, 40% das organizações irão redirecionar pelo menos 25% dos gastos de IT para custos diretos associados a produtos e serviços de *Line of Business* específicos.
- **Autenticação Multifator:** Apesar dos custos e resistência, até 2022, 60% dos CIO vão adotar autenticação multifator em todo o ecossistema, devido à sua eficácia como medida mínima essencial para reduzir as crescentes ameaças de cibersegurança.

- **Ecosistemas:** Até 2025, 60% dos CIO vão colaborar para tomar partido das capacidades dos ecossistemas industriais enquanto fonte essencial de inovação, partilha de dados, diferenciação e gestão dos riscos de cibersegurança.
- **Sustentabilidade:** Até 2023, 55% dos CIO de empresas G2000 ver-se-ão forçados a implementar IT sustentável, integrando práticas ambientais, sociais e de *governance* no seu ciclo de vida tecnológico, desde a aquisição até à alienação.

O mercado português de *Contact Centers*

De acordo com a GFK, o sector português de *Contact Centers* é composto por um total de 50 empresas, um número que tem vindo a aumentar fruto do aparecimento de novas empresas de menor dimensão.

Para este analista de mercado, o sector apresenta um volume de negócios de 960 milhões de euros, e uma taxa de crescimento estimado em 13,2% no último ano. Este valor está em linha com a tendência de crescimento dos anos transatos, acima de 10% ao ano, e revela toda a dinâmica e importância do sector na economia do país.

A atratividade do mercado português promoveu o aparecimento de empresas de pequena dimensão, bem como a entrada de empresas multinacionais. A sua estrutura empresarial apresenta, no entanto, uma grande concentração, com as 5 maiores empresas a deterem uma quota de mercado de 68% e as 10 maiores de 86%.

De acordo com a Associação Portuguesa de *Contact Center* (APCC), ainda continua a haver uma grande concentração geográfica dos prestadores de serviços de *Contact Center* na região de Lisboa (58,8%), seguidos do Porto (18,3%) e Braga (6,8%).

A aceleração da mudança dos hábitos da população, decorrentes da pandemia, abriu novas oportunidades para o sector. A este respeito, a DBK destaca o desenvolvimento do comércio eletrónico, assim como a transformação digital da Administração Pública e do sector financeiro como os principais fatores que impulsionam esta alteração.

De acordo com a Associação Portuguesa de *Contact Centers*, tem-se vindo a observar uma diminuição das empresas que recorrem à externalização dos serviços de *Contact Center* de 73% para 68%. As razões associadas continuam, no entanto, relacionadas com políticas de redução de custos e acesso a recursos com competências específicas. Desta política resulta igualmente uma concentração de operações relevantes em operadores especializados na gestão de recursos humanos, assumindo os clientes a componente de gestão e evolução dos processos de negócio.

Os serviços contratados em modelo de Outsourcing foram maioritariamente de Operadores (73%), *Back Office* ou tarefas administrativas (53%) e Supervisores (50%) sendo os modelos de remuneração predominantes, à semelhança do observado no Estudo anterior, aqueles “por custo de recurso humano” (41,03%), “por hora” (35,90%) e “por chamada atendida” (35,90%).

A receção de chamadas constitui o principal motor de crescimento do sector. A faturação neste segmento representa mais de 61% do total do sector. A emissão de chamadas, por seu lado, representa cerca de 16% do total do volume de negócios do sector e outros serviços, 23%.

Tendências do Sector de *Contact Center*

Para além de prever uma ligeira redução no crescimento, a DBK estima que no próximo biénio 2022/2023 o sector apresente também uma redução do ritmo de crescimento, ficando ainda assim acima dos 5% ao ano. Estas taxas de crescimento mais reduzidas são fruto de uma maior maturação do mercado, mas elevarão, no entanto, o valor do sector acima dos 1.100 milhões de euros.

Os principais operadores vão continuar a ampliar a sua oferta de serviços. A oferta de soluções deverá apresentar maior valor acrescentado, com novos serviços e tecnologias de suporte nomeadamente no segmento de receção de chamadas. Esta tendência será maioritariamente influenciada pela procura de serviços de atenção ao cliente por parte de empresas estrangeiras.

A expansão da oferta de serviços, a melhoria dos canais de comunicação alternativos, especialmente o *e-mail*, redes sociais e aplicações de mensagens instantâneas, e a incorporação de inovações tecnológicas com vista à melhoria da experiência do cliente, em linha com as previsões de tendência tecnológica, encontram-se entre as principais tendências que irão moldar a atividade das empresas do sector a curto e médio prazo.

O novo cenário competitivo exigirá aos operadores do sector a disponibilização de equipas de trabalho orientadas às necessidades do cliente, com grande capacidade de adaptação à mudança e uma orientação para resultados.

2. Perspetiva Geral dos Negócios

Com uma forte presença nacional e internacional, a Reditus disponibiliza serviços e soluções em três áreas, *IT Consulting*, *IT Outsourcing* e BPO.

2.1. *IT Consulting*

A área de *IT Consulting* integra os segmentos de Desenvolvimento e Integração Aplicacional e *Outsourcing* Especializado.

Desenvolvimento e Integração Aplicacional

Em 2021, a Reditus apostou na oferta de *IT Consulting*, potenciando o seu canal internacional, estendendo o seu alcance geográfico.

Os temas associados à transformação digital das organizações mostraram-se, como esperado, muito relevantes na estratégia das empresas e continuaram a marcar as agendas de TI, dando resposta aos desafios críticos de negócio. A organização das actividades, o modelo de operação e o relacionamento com os clientes sofreram e continuam a sofrer mudanças fundamentais, motivando as empresas a uma adaptação imediata a esta nova realidade.

A transformação digital e as tecnologias da 3ª plataforma como a *Cloud*, *Mobile*, *Social*, *Big Data*, *IoT* (*Internet of Things*) continuam a estar no centro dos interesses e objetivos das organizações.

A adopção de metodologias *Agile* e de plataformas *low-code* tem sido privilegiada pela rapidez que introduzem no processo de desenvolvimento de software e na integração das empresas no mundo digital.

Durante o ano de 2021, na área de Desenvolvimento Apicacional e Integração, foram reforçados o posicionamento e a visibilidade no mercado através do desenvolvimento de projectos em clientes de referência, com soluções de *Enterprise Content Management, Analytics, Customer Engagement, Business Solutions, Front-End Development* e *Back-End Integration*.

Neste exercício, persistiu o aumento da procura por este tipo de serviços com o objetivo de otimizar e flexibilizar os processos organizacionais e responder rapidamente às novas solicitações dos negócios.

Para 2022, a Reditus pretende apresentar uma oferta de soluções que permitam:

- Potenciar e reforçar as oportunidades de *cross selling* na oferta de serviços;
- Identificar oportunidades de *upsell* na base instalada por integração das ofertas;
- Apresentar oferta específica para entidades e operadores globais que possam potenciar essa oferta nos seus clientes;
- Reforçar a aposta no modelo de *nearshoring* com o desenvolvimento de soluções para clientes internacionais de referência;
- Fomentar a relação com parceiros que potenciem uma oferta transversal e na vanguarda tecnológica do desenvolvimento apicacional.

Outsourcing Especializado

Os desafios impostos por uma economia global cada vez mais competitiva, exigem uma qualificação acrescida de recursos com elevadas competências tecnológicas. A escassez de recursos técnicos qualificados, por um lado, e a gestão orçamental, por outro, colocam desafios mais exigentes às Organizações. Por sua vez a integração numa organização de raiz tecnológica permite aos nossos consultores a participação em projectos de referência e a constante actualização tecnológica num mundo cada vez mais global.

A Reditus tem vindo cada vez mais a colaborar no desenvolvimento de soluções diferenciadoras através do fornecimento de recursos altamente qualificados em regime de *Outsourcing*.

A continuação da aposta em parcerias permite uma capacidade de resposta aos desafios do mercado por forma a alavancar o crescimento num contexto de escassez de recursos e de cada vez maior e salutar concorrência.

Em 2022 a Reditus irá manter a visão de especialização com vista a oferecer os melhores consultores em projectos com um maior valor acrescentado para os seus Clientes.

2.2. IT Outsourcing

O segmento de Infraestruturas de TI da Reditus oferece ao mercado soluções compostas por serviços e projetos focados em infraestruturas de Tecnologias de Informação. Os serviços incluem a gestão, administração e suporte de plataformas e equipamentos tecnológicos, numa lógica de contrato de responsabilidade ou de *outsourcing* funcional. Soluções que permitem que os nossos Clientes se

foquem no seu Core Business, entregando assim as abordagens tecnológicas e de transformação digital à Reditus.

A aposta em contratos de suporte de Parceiros Internacionais continua a representar uma importante parte do crescimento da área, quer em número de projetos e Clientes, quer em *skills* que passam a integrar o Grupo.

Com o decorrer do contexto de pandemia, o modelo de ação das equipas teve de ser adaptado, não só pela obrigação de contactos não presenciais, mas principalmente porque o foco de grande parte das organizações passou a ser de melhorias, agilidade e segurança das suas plataformas. O foco na base alargada de Clientes existente, bem como as oportunidades em nichos de mercado permitiu ainda assim manter esta área de negócio como estratégica em 2021.

Nos domínios considerados como estratégicos, a Reditus irá continuar a alargar as suas linhas de atuação, nas várias linhas orientadoras, nomeadamente:

- Qualidade dos serviços prestados;
- Flexibilidade de adaptação aos vários desafios dos Clientes em diferentes sectores e mercados;
- Gestão integrada dos seus recursos, reforçando a capacidade de resposta a necessidade e picos de atividade dos Clientes;
- Angariação de projetos de média/grande dimensão nos serviços geridos, de forma a otimizar recursos e equipas;
- Desenvolvimento de oportunidades via parceiros internacionais;
- Reforço da relação com Fabricantes, Distribuidores e Concorrentes, para ter sempre a melhor solução para cada desafio dos Clientes;
- Aposta nas formações e certificações.

2.3. BPO

O ano de 2021 foi de crescimento significativo para a área de BPO da Reditus, alicerçado pelo apoio aos nossos clientes com os desafios que a pandemia continuou a apresentar, bem como pela angariação de um conjunto de novos clientes.

Num ano ainda fortemente impactado pela pandemia foram reforçados os protocolos para proteção dos colaboradores e consolidados os processos de acompanhamento das equipas em modelos de teletrabalho e presencial.

O ano foi marcado pela reabertura do mercado de trabalho, o que fez subir as taxas de rotatividade, anormalmente baixas no ano anterior, o que conjugado com a necessidade de crescimento das operações voltou a colocar pressão nas equipas de recrutamento.

Foi um ano de aposta mais significativa na formação, para criar condições de crescimento e adaptação da equipa ao aumento do número de colaboradores afetos aos serviços.

Os novos clientes permitiram consolidar o conhecimento em alguns sectores, o que lança novas oportunidades a explorar nos próximos anos.

Para 2022 perspetivam-se novas oportunidades de crescimento, com o sector público a liderar o investimento na digitalização dos seus serviços, suportado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, mas também no sector privado.

Manter-se-á o foco na eficiência operacional, apoiado pela automação, bem como na inovação e sofisticação dos serviços prestados para dar resposta aos desafios dos nossos clientes.

Em particular continuaremos a apostar na retenção e motivação das nossas Pessoas, procurando potenciar um bom ambiente de trabalho e proporcionar desafios que permitam o seu crescimento.

2.4. Área Internacional

A Reditus manteve a sua aposta no mercado internacional, nomeadamente em África, onde tradicionalmente tem atuado através das suas filiais.

A atividade internacional da Reditus assenta sobre três modelos organizacionais distintos, nomeadamente, através da criação de delegações locais, do fomento da atividade de exportação e da prestação de serviços em *nearshore*, com aposta em países criteriosamente selecionados onde a empresa possa aportar valor e explorar as oportunidades decorrentes dos seus estados de desenvolvimento.

O peso da área internacional da Reditus manteve a sua relevância nos proveitos operacionais globais do grupo. Em 2021 os negócios da Reditus oriundos da sua atividade internacional valeram cerca de 25% do total de proveitos, sendo que o volume de negócios se manteve a um nível superior a 6 milhões de euros.

Em 2021, a Reditus conseguiu, sustentar a sua operação em Angola, fundamentalmente através da prestação de Serviços de Assistência e Manutenção e no desenvolvimento de projetos de longa duração de Consultoria de TI em multinacionais de referência nos sectores do *Oil & Gas* e *Utilities*.

São ainda de realçar os bons resultados obtidos na promoção da oferta em serviços de Desenvolvimento e Manutenção Aplicacional, em sinergia com outra unidade de negócio do Grupo, que permitiram a angariação de projetos de relevância em organismos e empresas de referência da Administração Pública e sector financeiro, em Angola e também na Suíça.

A evolução positiva da pandemia e das condições de circulação internacional, bem como a melhoria do desempenho da economia angolana, já permitiram a reversão das decisões de adiamento dos vários investimentos estratégicos dos nossos clientes, pelo que a Reditus já se encontra a trabalhar em vários destes projetos.

Desta forma, em termos de posicionamento estratégico internacional para 2022/2023, e nomeadamente para Angola, a Reditus pretende:

- Reforçar a capacidade comercial com a criação de uma equipa responsável pelo Desenvolvimento de Negócio que fomente a angariação de Novos Clientes e novo negócio na Base Instalada;
- Estabelecer parcerias que garantam valências complementares para endereçamento de novas oportunidades e projetos de maior complexidade;

- Reforçar a relação com fabricantes e distribuidores de forma a trabalhar os negócios na sua génese;
- Fomentar a presença nas contas de base instalada e o *cross-selling* entre áreas de oferta (Suporte Técnico, Desenvolvimento Aplicacional, Projetos IT e de Comunicações, *Outsourcing*);
- Privilegiar a angariação de projetos plurianuais;
- Potenciar as sinergias com outras unidades de negócio do Grupo, designadamente em negócios que exijam a intervenção de recursos e equipas no exterior (*Helpdesk*, Consultoria, Desenvolvimento Aplicacional, *Contact Center*, etc.);
- Aumentar a sustentabilidade e a rentabilidade das operações;
- Aumentar a contribuição da Unidade de Negócio para os resultados do Grupo.

3. Perspetivas Futuras

Plano de reestruturação Estratégico

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da sociedade em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da sociedade, entende que a sociedade tem capacidade de prosseguir em continuidade, tendo os recursos necessários ao desenvolvimento da sua atividade; no entanto considera que os seguintes aspetos constituem riscos à continuidade do Grupo:

- a) O atraso continuado no repatriamento de divisas do mercado africano, nomeadamente Angola, limitou nos últimos três exercícios de 2018 a 2020, a liquidez de tesouraria da Entidade e das empresas participadas, para o cumprimento atempado de alguma das suas obrigações, apesar de já se ter verificado o recebimento em 2021 de cerca de 5,376 milhões de euros e em 2022 de cerca de 10,858 milhões de euros;
- b) O elevado nível de endividamento bancário o qual se encontra em processo de reestruturação avançado, conforme descrito no paragrafo (i) infra das medidas do plano de reestruturação;
- c) O elevado endividamento ao Estado e Outros Entes Públicos, dos quais 70% cobertos por acordos prestacionais, cujo processo de reestruturação a médio e longo prazo (12,5 anos) se encontra em curso. De referir ainda que o PER da Techinfor transitou em julgado em 18 de maio de 2021, permitindo um “*haircut*” de 80% dos juros vencidos relativamente aos credores públicos e de 82,5% da dívida desta subsidiária relativamente aos credores comuns, incluindo bancos e fornecedores, bem como o PER da GTO Consulting que transitou em julgado em 14 de setembro de 2021 com “*haircut*” de 80% dos saldos dos fornecedores e 100% dos credores subordinados;
- d) As contingências fiscais na ordem dos 4,9 milhões de euros adicionado de juros, apesar das mesmas se encontrarem nesta data reclamadas ou impugnadas e dos juros poderem vir a ser perdoados em 80% mediante mecanismos legais em vigor, conforme divulgado na nota 23 do anexo às contas;

Desta forma, a Administração reconhece que a existência de uma incerteza sobre a continuidade e que está dependente do sucesso das medidas implementadas no plano de reestruturação estratégico desenvolvido. No entanto, e dado que a Administração se tem empenhado arduamente na

concretização do mesmo processo de reestruturação, é por isso sua convicção que as medidas implementadas irão permitir o equilíbrio financeiro da empresa. Existindo o risco eventual de a entidade não ser capaz de realizar os seus ativos e liquidar os seus passivos no âmbito da atividade normal, entendemos que o desenvolvimento de todas as diligências para a implementação das medidas do plano de reestruturação abaixo indicado e o progresso já registado na concretização do mesmo, permitirão assegurar o seu cumprimento atempado. Assim, e ainda que a esta data não esteja integralmente assegurada a obtenção de todos os recursos necessários à integral liquidação das obrigações do grupo, mas face à avaliação positiva do progresso, a esta data, do plano de reestruturação e dos resultados das medidas implementadas, consideramos poder alcançar o equilíbrio financeiro e obter os recursos necessários para prosseguir em continuidade.

Além disso, a Administração não tem conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos que pudessem determinar o uso de outro princípio para a apresentação das contas que não o da continuidade.

O plano de reestruturação estratégico atrás mencionado, tendente à revitalização e solidez da função financeira e equilíbrio dos fluxos de tesouraria, cuja concretização integral será materializada no decurso dos exercícios de 2022/2023, tem por base as seguintes medidas e vetores:

- (i) Reestruturação do passivo bancário do grupo, nomeadamente a dívida bancária com implementação de solução estruturante em curso, com base em acordos a 7 anos com redução significativa da dívida e “haircut” de 82,5%. Foram concretizados e homologados os mecanismos PER para as sociedades TECHINFOR e GTO Consulting, que representam uma reestruturação de cerca de 50% deste passivo. Decorrem negociações avançadas para o remanescente da dívida, admitindo-se neste momento, um “haircut” médio de igual montante ou superior;
- (ii) Renegociação do passivo fiscal com implementação de acordos prestacionais a médio e longo prazo com base num período de 12,5 anos, ao abrigo dos mecanismos legais em vigor como sejam o mecanismo PER, o RERE e PERES. Foram concretizados e homologados os mecanismos PER para as sociedades TECHINFOR e GTO Consulting;
- (iii) Reversão e racionalização do parque imobiliário, cuja concretização já está parcialmente satisfeita, nomeadamente quanto ao edifício de Alfragide;
- (iv) Implementação de modelos financeiros que permitam assegurar o repatriamento de divisas do mercado internacional, nomeadamente quanto a clientes do sector público de Angola, por via da linha protocolada entre Portugal – Angola para cobertura de riscos de exportações nacionais de bens, serviços e equipamentos, cujo recebimento será assegurado em Portugal em euros, sendo que em 2021 foi recebido o montante de 5,376 milhões de euros e em 2022 foi recebido o montante de 10,858 milhões de euros. Consideramos que o valor remanescente em cerca de 40,0 milhões de euros será recebido durante os próximos dois exercícios;
- (v) Estabelecimento de contactos e negociação com investidores institucionais e investidores do sector do “*Information, Communications and Technology*”, com a expectativa que a mesma seja concretizada até ao final do ano de 2023;
- (vi) Negociação quanto ao recebimento em Portugal de divisas, maioritariamente em USD, nomeadamente quanto aos serviços prestados a clientes internacionais do sector do *Oil &*

Gas que operam em Angola e que, entretanto, já se encontra concretizado nomeadamente para o cliente TOTAL Angola;

- (vii) Redução de custos na estrutura central, com implementação em curso de medidas de racionalização tais como a renegociação das condições dos seguros do grupo, redução e adequação da frota, comunicações, instalações entre outras;
- (viii) Redução de custos de *overheads*, com implementação em curso de medidas de centralização de serviços e reestruturação da política de remunerações;
- (ix) Desenvolvimento de modelos de gestão com introdução de componentes de robotização e de inteligência artificial que permitam uma redução e racionalização de custos operacionais e melhoria de eficiência por via da implementação de procedimentos de melhoria contínua;
- (x) Intensificação do desenvolvimento, em função das atuais capacidades da empresa e da procura a si dirigida pelos seus principais clientes, e de ofertas mais sofisticadas nos produtos de segurança, *disaster recovery*, 3ª plataforma (*cloud*, mobilidade, *social business* e *big data*), virtualização e aceleradores de inovação (IoT – *Internet of Things*, Robótica, Impressão 3D);
- (xi) Foco na rentabilidade e na sustentabilidade das operações através monitorização e partilha constante dos resultados das operações, aliada à inovação nos processos e tecnologias de suporte *inhouse*;
- (xii) Modelo de dinamização de negócio para recuperação de *market share* em segmentos estratégicos e aumento do volume de negócios, com a angariação de novos clientes via parceiros internacionais;
- (xiii) Reforço da aposta no modelo de negócio de “*nearshoring*” com o desenvolvimento de soluções para clientes internacionais de referência em países da Europa central e África;
- (xiv) Fomentar a relação com parceiros internacionais que potenciem uma oferta transversal e na vanguarda tecnológica do desenvolvimento aplicacional;
- (xv) Potenciar as oportunidades de *cross selling* na oferta de serviços e identificar oportunidades de *upsell*.

Apesar do progresso registado na implementação das medidas do plano de reestruturação estratégico, o ativo corrente (cerca de 5,5 milhões €) ainda se apresenta, nesta data, inferior ao passivo corrente (cerca de 30,1 milhões €) em aproximadamente 24,6 milhões de euros. O passivo corrente é constituído maioritariamente pelas rubricas de financiamentos bancários (21,6 milhões €), Estado (1,8 milhões €) e empréstimos de empresas do grupo (4,5 milhões €), que representam em conjunto cerca de 92% desse passivo. No entanto, tal como referido nos parágrafos (i) e (ii) supra do plano de reestruturação, encontram-se em fase avançada de concretização a reestruturação do saldo do passivo bancário e a renegociação do saldo do passivo fiscal.

Consideramos ainda que os saldos referentes aos clientes de Angola vão ser realizados durante os próximos dois exercícios, ou seja, em 2022 - 2023.

Para além das ações planeadas e executadas no âmbito dos vetores referidos, a Administração, pretendendo ainda assegurar a continuidade da operação, tem desenvolvido planos e ações que visam tornar a sociedade mais resiliente a eventuais acontecimentos que possam comprometer de forma grave a sua atividade. Esses incidentes podem ser naturais (condições climatéricas extremas, terremotos...), físicos (Incêndio e outras emergências, fuga tóxica nas proximidades, intrusão,

terrorismo...), humanos (greves, tumultos, terrorismo, pandemias...), ou de segurança de informação (roubo ou perda de informação, *software* malicioso...).

Assim, e de acordo com as boas práticas e normativos aplicáveis em particular a norma “ISO 22301:2019, *Security and Resilience Business Continuity Management Systems Requirements*”, a ISO “31000:2009 *Risk Management Principles and Guidelines*” e a “BS 11200:2014 *Crisis Management Guidance and Good Practice*”, a Reditus deu início à implementação de um Sistema de Gestão da Continuidade de Negócio (isto é, um sistema composto por políticas, recursos, processos e procedimentos para assegurar o funcionamento contínuo do negócio, ou a sua recuperação atempada, no caso da ocorrência de eventos suscetíveis de perturbar o normal desenrolar da atividade, sejam eles de origem natural, física, humana ou tecnológica).

Para tal, selecionou, de entre os seus processos e serviços, os mais críticos, avaliou os riscos e efetuou a análise do impacto (BIA – *Business Impact Assessment*). Em função do resultado desenhou o seu **Plano de Continuidade de Negócio** (adiante designado por “PCN”), que inclui ações para a resposta à emergência, para a gestão da crise e comunicação, e para a recuperação. Este plano agrega ainda as ações decorrentes dos Planos de Continuidade dos Serviços contratualizados com os clientes e tem vindo a ser implementado, testado e ajustado.

4. Principais Indicadores Financeiros

A Reditus SGPS obteve em 2021 cerca de 444.525 euros de Perdas imputadas das suas subsidiárias, um EBITDA negativo de 372.701 euros e um Resultado Líquido negativo de 3.373.692 euros.

Verificando-se que a Sociedade não cumpre o estipulado no artigo 35 do Código das Sociedades Comerciais, apresentando um Capital Social de 14.638.691 Euros e um Capital Próprio negativo de 53.377.981 Euros, a Administração propõe a convocação de uma Assembleia Geral, para que esta tome as medidas adequadas para regularizar a situação em conformidade com a legislação.

5. Aplicação de Resultados

Tendo o exercício de 2021 encerrado com um resultado líquido negativo de 3.373.692 euros, o Conselho de Administração propõe que, a totalidade deste montante, seja transferido para Resultados Transitados.

6. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Negócios com a Entidade

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeito do nº 2 da alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Durante o exercício não houve qualquer negócio entre a sociedade e seus administradores conforme disposto na nota 22 do anexo às contas.

A empresa não detém qualquer sucursal, tanto em território nacional como no estrangeiro.

Capital social

No exercício de 2018, após as deliberações tomadas em assembleia geral procedeu-se à redução do capital social de 73.193.455€ para 14.638.691€, no montante global de 58.554.764€, sendo o montante de 56.179.457€ para cobertura de prejuízos, o montante de 1.171.254€ para ajustamento do valor das ações próprias e o de 1.204.053€ para criação de reservas especiais, com a redução de 4,00€ no valor nominal de todas e cada uma das 14.638.691 de ações em que se divide o capital social, as quais passaram, assim, a ter um valor nominal de 1,00€.

Ações Próprias

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2021, a Empresa não efetuou transações com ações próprias.

Desde 2012 a Reditus SGPS detém em carteira 255.183 ações próprias, representativas de 1,743% do capital social, e que têm um valor nominal de 1,00 euro/cada. Este número manteve-se inalterado no exercício de 2021.

Dívidas em Mora

Dando cumprimento ao estipulado no Art.º 210 da Lei nº 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo) e nos termos do Decreto-lei 534/80, de 7 de novembro, a Administração informa que a sociedade apresenta as seguintes dívidas à Autoridade Tributária e ao IGFSS:

	2021	2020
IGFSS	123 356	215 309
Direção Geral dos Impostos	4 887 555	4 370 424
	<u>5 010 912</u>	<u>4 585 733</u>

Estão aprovados planos prestacionais pela Autoridade Tributária e pela IGFSS, que estão a ser cumpridos, nos montantes de 3.815.529€ e 121.696€ respetivamente.

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 45.000 euros para a Empresa Reditus SGPS individualmente e para as contas consolidadas.

7. Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício

Como factos relevantes ocorridos em 2022, até à data de emissão do presente relatório destacamos:

Conflito Rússia – Ucrânia

A guerra iniciada em fevereiro de 2022 entre a Rússia e a Ucrânia trará inevitavelmente impactos significativos às economias portuguesa e europeia. Poder-se-ão sentir os seus efeitos por exemplo no aumento dos preços da eletricidade e gás, bem como, por arrasto, de diversos outros produtos e

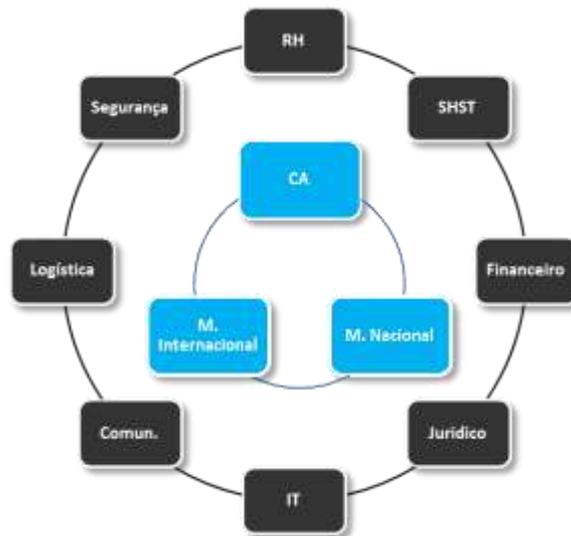
serviços. Não obstante este quadro incerto a Administração da Reditus SGPS entende que a solvabilidade da Empresa não está em causa.

Covid-19

Desde o início de 2020 que a Reditus monitoriza a situação da pandemia de COVID-19 de muito perto, recorrendo à informação disponibilizada pelas entidades oficiais a nível nacional e internacional.

A propagação do vírus SARS-CoV-2, teve um impacto na economia, no emprego e nas empresas muito significativo e a Reditus, embora seja das organizações menos afetadas, não é imune a este tipo de situações, principalmente se se prolongarem por muito tempo.

O Conselho de Administração constituiu um grupo de trabalho ad hoc multidisciplinar por si coordenado e que inclui os responsáveis dos mercados e de áreas de suporte (RH, SHST, Financeira, Jurídica, IT, Comunicação, Logística e Segurança) que reúne frequentemente (diariamente durante o período de um ano compreendido entre março de 2020 e março de 2021 e na presente data numa base bissemanal) para poder avaliar os dados sobre o impacto da crise nas várias dimensões da organização (saúde das pessoas, operações, atividade comercial, desempenho económico e financeiro e estratégia a curto e médio prazo) e reagir coordenadamente.



Grupo Ad hoc para o Covid-19

Apesar de se verificar um progressivo levantamento das medidas de controlo do risco de transmissão da COVID-19, o Conselho de Administração mantém ativo o estado de contingência de acordo com o cenário de pandemia previsto no PCN (Plano de Continuidade do Negócio da Reditus), procurando assim minimizar o impacto da doença na Reditus e nas partes interessadas.

Recebimentos de clientes angolanos

Durante o mês de novembro de 2022, foi recebido o montante de 10,858 milhões de euros de clientes do sector público angolano através da linha protocolada entre Portugal – Angola para cobertura de riscos de exportações nacionais de bens, serviços e equipamentos, cujo recebimento está assegurado em Portugal e em euros.

Assim, à data do presente relatório, o Conselho de Administração continua a considerar que dispõe dos recursos e meios necessários para manter a atividade e que se mantém válido o pressuposto da continuidade das operações utilizado nas demonstrações financeiras agora apresentadas.

8. Declaração de Conformidade

De acordo com o disposto no artigo 245.º, n.º1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sociedade declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão, das contas anuais, da Certificação Legal de Contas e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação. Mais declaram que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

9. Agradecimentos

Salientamos a confiança depositada pelos Clientes nas sociedades do Grupo Reditus, o empenho dos nossos Colaboradores na prossecução dos objetivos a que nos propusemos, bem como o apoio qualificado do Conselho Fiscal, do Conselho de Estratégia, das Comissões Especializadas, dos Bancos, Auditores e dos outros parceiros de negócios, alicerçando a sustentabilidade do futuro do Grupo Reditus.

Alfragide, 30 de maio de 2023

O Conselho de Administração,

Eng. Francisco José Martins Santana Ramos

Eng. José António da Costa Limão Gatta

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos

Dr. Helder Filipe Ribeiro Matos Pereira

Dr. António Santos Rolim Fuschini Serra



ANEXO

PARTE II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REDITUS, SGPS, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020 Reexpresso
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	7 800	7 800
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	2 894 747	4 315 448
Ativos por impostos diferidos	8	1 285 987	1 973 115
Total do ativo não corrente		4 188 534	6 296 364
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	9	350 048	366 284
Estado e outros entes públicos	15	154 114	146 063
Outros créditos a receber	9	5 001 151	5 016 241
Diferimentos	10	5 930	6 401
Ativos financeiros detidos para negociação	11	4 978	4 353
Caixa e depósitos bancários	4	29	37
Total do ativo corrente		5 516 250	5 539 379
Total do ativo		9 704 784	11 835 743
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	14 638 691	14 638 691
Ações (quotas) próprias	12	(255 183)	(255 183)
Prémios de emissão	12	9 952 762	9 952 762
Reservas legais	12	2 086 160	2 086 160
Outras reservas	12	2 726 322	2 726 322
Resultados transitados	12	(23 130 964)	(16 031 249)
Ajustamentos/Outras variações no Capital Próprio	12	(56 028 016)	(53 825 367)
Excedentes de revalorização		5 939	5 939
Resultado líquido do período		(50 004 289)	(40 701 925)
Total do capital próprio		(53 377 981)	(47 801 640)
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	7	29 775 643	26 945 342
Estado e outros entes públicos	15	3 195 274	3 744 181
Total do passivo não corrente		32 970 917	30 689 523
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	658 458	569 315
Estado e outros entes públicos	15	1 828 505	2 109 948
Financiamentos obtidos	13	26 103 445	25 199 555
Outras dívidas a pagar	14	1 521 440	1 069 042
Total do passivo corrente		30 111 848	28 947 860
Total do passivo		63 082 765	59 637 383
Total do capital próprio e do passivo		9 704 784	11 835 743

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020
Vendas e serviços prestados	18	45 000	
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	(2 048 353)	(6 752 945)
Fornecimentos e serviços externos	16	(152 737)	(144 498)
Gastos com o pessoal	17	(33 096)	(36 799)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	(9 189)	9 190
Outros rendimentos	18	360 712	82 989
Outros gastos	19	(129 677)	(5 553)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(1 967 340)	(6 847 616)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(1 967 340)	(6 847 616)
Juros e rendimentos similares obtidos	20	51 107	42 006
Juros e gastos similares suportados	20	(753 466)	(345 607)
Resultado antes de impostos		(2 669 699)	(7 151 217)
Imposto sobre o rendimento do período	8	(703 993)	51 501
Resultado líquido do período		(3 373 692)	(7 099 715)

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.

REDITUS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL NO PERÍODO 2021

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2021	12	14 638 691	(255 183)	9 952 762	2 086 160	2 726 322	(16 031 249)	(53 825 367)	5 939	(7 099 715)	(47 801 640)
Alterações no período:											
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício							(7 099 715)			7 099 715	-
Outras variações Capitais Próprios								(2 202 649)			(2 202 649)
		<u>14 638 691</u>	<u>(255 183)</u>	<u>9 952 762</u>	<u>2 086 160</u>	<u>2 726 322</u>	<u>(23 130 964)</u>	<u>(56 028 016)</u>	<u>5 939</u>	<u>-</u>	<u>(50 004 289)</u>
Resultado líquido do período										(3 373 692)	(3 373 692)
Resultado integral										<u>(3 373 692)</u>	<u>(53 377 981)</u>
Operações com detentores de capital no período											
Outras operações											
Posição no fim do período 2021		<u>14 638 691</u>	<u>(255 183)</u>	<u>9 952 762</u>	<u>2 086 160</u>	<u>2 726 322</u>	<u>(23 130 964)</u>	<u>(56 028 016)</u>	<u>5 939</u>	<u>(3 373 692)</u>	<u>(53 377 981)</u>

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL NO PERÍODO 2020

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2020	12	14 638 691	(255 183)	9 952 762	2 086 160	2 726 322	(10 043 146)	(62 368)	5 939	(5 988 103)	13 061 074
Alterações no período:											
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício							(5 988 103)			5 988 103	-
Outras variações Capitais Próprios								(53 762 999)			(53 762 999)
		<u>14 638 691</u>	<u>(255 183)</u>	<u>9 952 762</u>	<u>2 086 160</u>	<u>2 726 322</u>	<u>(16 031 249)</u>	<u>(53 825 367)</u>	<u>5 939</u>	<u>-</u>	<u>(40 701 925)</u>
Resultado líquido do período										(7 099 715)	(7 099 715)
Resultado integral										<u>(7 099 715)</u>	<u>(47 801 640)</u>
Operações com detentores de capital no período											
Outras operações											
Posição no fim do período 2020 - Reexpresso		<u>14 638 691</u>	<u>(255 183)</u>	<u>9 952 762</u>	<u>2 086 160</u>	<u>2 726 322</u>	<u>(16 031 249)</u>	<u>(53 825 367)</u>	<u>5 939</u>	<u>(7 099 715)</u>	<u>(47 801 640)</u>

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		52 048	48 436
Pagamentos a fornecedores		(241 260)	(258 452)
Pagamentos ao pessoal		(3 530)	(17 530)
Caixa gerada pelas operações		(192 742)	(227 546)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		22 580	-
Outros recebimentos / pagamentos		(543 575)	(38 399)
Fluxos das atividades operacionais [1]		(713 737)	(265 945)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos das atividades de investimento [2]		-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Financiamentos obtidos Grupo		900 515	423 910
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		900 515	423 910
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Financiamentos obtidos Grupo		(77 490)	(134 926)
Juros e gastos similares		(112 671)	(20 632)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		(190 161)	(155 559)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		710 354	268 352
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(3 383)	2 406
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	(11 220)	(13 625)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	(14 603)	(11 220)

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A REDITUS Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é uma sociedade anónima, constituída em 1966 e com sede social em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro nº 125 loja 2 1050-052.

As demonstrações financeiras e as notas anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 30 de maio de 2023. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As presentes demonstrações financeiras referem-se à atividade da Empresa a nível individual e foram elaboradas para aprovação e publicação nos termos do normativo legal em vigor. Contudo, a Empresa também preparou demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro adotadas pela UE, para publicação em separado nos termos da legislação em vigor.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras individuais da Reditus, SGPS, SA, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas participadas, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites nos países de cada participada, ajustados no processo, de modo a assegurar que as demonstrações financeiras estejam de acordo com as Normas de Relato Financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o conjunto das normas contabilísticas de relato financeiro (NCRF), previstas pelo sistema de normalização contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Portaria nº 220/2015, de 24 de julho (Modelo das demonstrações financeiras);
- Portaria nº 2018/2015, de 23 de julho (Código de contas);
- Aviso nº 8256/2015, de 29 de julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso nº 8258/2015, de 29 de julho (Normas interpretativas).

A Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2021 e de 2020 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras, não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

A Administração considera que existem alguns aspetos que constituem riscos à continuidade do Grupo, conforme divulgado no parágrafo 3 do Relatório de Gestão.

2.2 Comparabilidade

No presente exercício foi efetuado o reconhecimento em Resultados Transitados, por ser entendimento do Conselho de Administração que se trata de erros de exercícios anteriores conforme definidos na NCRF 4, da seguinte situação:

Os ajustamentos de ativos financeiros estão influenciados pela aplicação do MEP. Os principais ajustamentos referem-se à reexpressão por imparidades nas empresas Techinfor e All2IT:

- Na Techinfor foi reexpresso a imparidade com o cliente Dinovang no montante de € 24.906.673;
- Na All2IT foi reexpresso a imparidade com o cliente Simportex no montante de € 29.655.041 (clientes: 34.383.228 euros e rendimentos diferidos de 4.728.186 euros).

Em consequência, as demonstrações financeiras de 2020 foram reexpressas como se segue (Nota 7 e 12):

Efeitos da Reexpressão no Balanço de 2020	Saldo Inicial	Ajustamento	Saldo (Reexpresso)
Ativo			
Ativo não corrente			
Participações Financeiras -MEP	31 931 820	(27 616 372)	4 315 448
Ativo	31 931 820	(27 616 372)	4 315 448
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Ajustamentos/ Outras Variações	736 347	(54 561 714)	(53 825 367)
Passivo não corrente			
Provisões	0	26 945 342	26 945 342
Capital Próprio e Passivo	736 347	(27 616 372)	(26 880 025)

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

3.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras e as notas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-6
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	10-20

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

As mais ou menos valias decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.3. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente despesas com patentes, software (sempre que este é separável do hardware e esteja associado a projetos em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros), licenças e outros direitos de uso. Também incluem as despesas de desenvolvimento dos projetos de I&D sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso. As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada.

As mais ou menos valias resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.4. Imparidade de Ativos Tangíveis e Intangíveis, Exceto Goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é

efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

3.5. Participações Financeiras

As participações financeiras nas quais a Empresa tem controlo ou que controla conjuntamente com outras entidades, são registadas no balanço em “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”, pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das Empresas subsidiárias, conjuntamente controladas ou associadas por contrapartida de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Ajustamentos/ outras variações no Capital Próprio”. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Anualmente ou quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação e as perdas por imparidade que se demonstre existir, são registadas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas.

Os resultados das participadas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração de resultados por naturezas desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

Quando as perdas em Empresas subsidiárias ou associados excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão.

Os dividendos recebidos de Empresas subsidiárias e associadas são registados como uma diminuição do valor das “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”.

3.6. Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outros créditos a receber e, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados

durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/ quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem contas a receber por serviços prestados pela Empresa. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

Os outros créditos a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelos respetivos valores nominais, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade dos créditos a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os outros créditos a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus equivalentes” é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados ao custo ou ao custo amortizado. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. São expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As outras dívidas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As outras dívidas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a Empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

3.7. Resultados por Ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

3.8. Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia-geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

3.9. Provisões e Passivos Contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de “Juros e gastos similares suportados”, quando aplicável. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

3.10. Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação.

3.11. Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços e juros decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/ transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

O rédito relativo à prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que as condições do seu reconhecimento, acima enumeradas, sejam satisfeitas e a fase de acabamento da transação/ serviço possa ser razoavelmente estimada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.12. Impostos

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.13. Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos” relevados nas rubricas de balanço de “Outros créditos a receber” e “Outras dívidas a pagar”, respetivamente. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos” do passivo e do ativo, respetivamente.

3.14. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizados julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Imparidade de clientes e outros créditos a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outros créditos a receber.

(iii) Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

(iv) Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem-sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

3.15. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço, mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de

condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe de caixa e seus equivalentes apresenta a seguinte decomposição:

	2021	2020
Numerário		
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	29	37
	29	37
Descobertos bancários (Nota 13)	(14 632)	(11 257)
Caixa e seus equivalentes (Demonstração Fluxos Caixa)	(14 603)	(11 220)

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2021							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativos								
Saldo inicial			15.961	323.602	322.446	3.135		665.143
Aquisições								
Alienações								-
Outras variações								
Saldo final			15.961	323.602	322.446	3.135		665.143
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial			15.961	323.602	317.046	735		657.343
Depreciações do exercício								
Alienações								-
Abates								
Outras variações								
Saldo final			15.961	323.602	317.046	735		657.343
Ativos líquidos					5.400	2.400		7.800

	2020							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial			15.961	323.602	322.446	3.135		665.143
Aquisições								-
Alienações								-
Outras variações								
Saldo final			15.961	323.602	322.446	3.135		665.143
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial			15.961	323.602	317.046	735		657.343
Depreciações do exercício								-
Alienações								-
Abates								
Outras variações								
Saldo final			15.961	323.602	317.046	735		657.343
Ativos líquidos					5.400	2.400		7.800

Os ativos fixos tangíveis que permanecem com valor líquido positivo respeitam a obras de arte, as quais não sofrem depreciação.

6 LOCAÇÕES

Locações operacionais:

Os gastos ocorridos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme segue:

	Gasto do período	
	2021	2020
Pagamentos mínimos	24.799	20.287
	24.799	20.287

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 2.2):

	Sede	2021							
		Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Empresas subsidiárias:									
Reditus Imobiliária	Lisboa	1 068 479	3 251 740	(2 183 261)	157 240	(2 034 532)	100%	(2 034 532)	(2 183 261)
Reditus Gestão	Lisboa	63 114 787	87 707 168	(27 592 381)	1 990 473	(428 656)	100%	(428 656)	(27 592 381)
Tora	Lisboa	8 043 426	5 148 679	2 894 747	568 289	414 835	100%	414 835	2 894 747
								(2 048 353)	(26 880 895)

	Sede	2020							
		Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado Reexpresso
Empresas subsidiárias:									
Reditus Imobiliária	Lisboa	8 562 426	6 726 890	1 835 536	191 938	(73 035)	100%	(73 035)	1 835 536
Reditus Gestão a)	Lisboa	63 245 625	87 190 967	(26 945 342)	1 583 553	(7 161 387)	100%	(7 161 387)	(26 945 342)
Tora	Lisboa	6 734 221	4 254 310	2 479 912	915 460	481 477	100%	481 477	2 479 912
								(6 752 945)	(22 629 894)

- a) A 31 de dezembro de 2021, a participada Reditus Gestão tem registado um Goodwill de 24.149.018 euros, valor que a 31 de dezembro de 2020 era de 30.186.273 euros.

Os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, foram consideradas as demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020.

8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 dezembro de 2021 e 2020 é detalhado conforme segue:

RECONCILIAÇÃO IMPOSTO CORRENTE		
	2021	2020
Resultado antes de impostos	(1 065 871)	(7 151 217)
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa	(223 833)	(1 501 755)
Diferenças permanentes:		
Tributação autónoma	1 887	3 444
Outros	21 081	28 692
Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	93 350	1 418 119
	(107 515)	(51 501)
Ajustamentos relativos a ativos por impostos diferidos	811 508	
Gasto com impostos sobre o rendimento	703 993	(51 501)

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	2021		2020	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Prejuízos fiscais reportáveis	1 002 683		1 689 811	
Outros	283 304	-	283 304	-
Saldo final	1 285 987		1 973 115	

Ano de Prejuízo Fiscal	Ano Limite para Dedução	Valor do Prejuízo por utilizar	Valor da Dedução
2018	2025	3 693 577	775 651
2019	2026	488 823	102 653
2021	2033	592 283	124 380
		<u>4 774 683</u>	<u>1 002 683</u>

9 ATIVOS FINANCEIROS

Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os créditos a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2021			2020		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Clientes a)	364 126	(14 078)	350 048	371 174	(4 890)	366 284
	<u>364 126</u>	<u>(14 078)</u>	<u>350 048</u>	<u>371 174</u>	<u>(4 890)</u>	<u>366 284</u>
Outros créditos a receber						
Pessoal b)	1 792 148	(1 774 188)	17 959	1 792 176	(1 774 188)	17 988
Deved. Por acrésc. Rendimentos c)	50 480		50 480	42 005		42 005
Devedores Grupo	4 138 114		4 138 114	4 184 554		4 184 554
Outros Devedores	794 596		794 596	771 695		771 695
	<u>6 775 339</u>	<u>(1 774 188)</u>	<u>5 001 151</u>	<u>6 790 429</u>	<u>(1 774 188)</u>	<u>5 016 241</u>
	<u>7 139 465</u>	<u>(1 788 266)</u>	<u>5 351 198</u>	<u>7 161 603</u>	<u>(1 779 078)</u>	<u>5 382 525</u>

- Os saldos de clientes respeitam essencialmente a valores a receber das Empresas do Grupo Reditus. No ano de 2021 registou-se um reforço das imparidades de dividas a receber de clientes, no montante de 9.189 euros;
- Em 2014, a Empresa procedeu ao reforço da imparidade de valores a receber do pessoal, para fazer face a eventuais perdas decorrentes de saldos não recuperáveis;
- Os devedores por acréscimo de rendimentos referem-se a “*management fees*” de anos anteriores, assim como a juros a serem faturados em 2022 a Empresas do Grupo;

10 DIFERIMENTOS

Diferimentos ativos

O valor dos diferimentos em 2021 e 2020 respeita a gastos diferidos com seguros faturados pelas seguradoras:

	2021	2020
Gastos a reconhecer	5 930	6 401
	<u>5 930</u>	<u>6 401</u>

11 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Acções Millenniumbcp	1 577 846	1 577 846
Imparidade	(1 572 867)	(1 573 493)
	<u>4 978</u>	<u>4 353</u>

As 35.333 ações detidas do BCP encontram-se valorizadas ao justo valor de 0,1409 euros.

12 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020 Reexpresso
Capital		
Valor nominal	14 638 691	14 638 691
Reservas Legais	2 086 160	2 086 160
Outras Reservas	2 726 322	2 726 322
Resultados Transitados	(23 130 964)	(16 031 249)
Ajustamentos ativos financeiros	(56 028 016)	(53 825 367)
Excedentes de revalorização	<u>5 939</u>	<u>5 939</u>
Ações/quotas próprias	<u>(255 183)</u>	<u>(255 183)</u>
Prémios / descontos	<u>9 952 762</u>	<u>9 952 762</u>
Resultado líquido do período	<u>(3 373 692)</u>	<u>(7 099 715)</u>
	<u>(53 377 981)</u>	<u>(47 801 640)</u>

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social é composto por 14.638.691 ações, com um valor nominal de 1,00€ cada, que se encontra totalmente subscrito e realizado.

Ações Próprias

Em 31 de dezembro de 2021, a Reditus SGPS detinha em carteira 255.183 ações próprias, representativas de 1,74% do capital social.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2021 a reserva legal ascendia a 2.086.160 €.

Ajustamentos/Outras variações no Capital Próprio

A variação dos ajustamentos de ativos financeiros, decorre das variações dos capitais próprios das participadas (ver Nota 7).

	2021
Saldo Inicial	(53 825 367)
Ajustamentos em investimentos financeiros (nota 7)	(2 202 649)
Saldo final	<u>(56 028 016)</u>

Prémios de emissão

Os prémios de emissão a 31 de dezembro de 2021 ascendiam a 9.952.762 euros.

Capitais Próprios

Os capitais próprios apresentam-se negativos pelo que a Administração propõe a convocação de uma Assembleia Geral por forma a tomar as medidas adequadas para a sua regularização, conforme divulgado no parágrafo 4 do Relatório de Gestão.

13 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as rubricas de “fornecedores” e de “outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	647 146	549 355
Fornecedores, títulos a pagar	11 312	19 960
	<u>658 458</u>	<u>569 315</u>

Encontra-se em curso uma renegociação global do passivo, incluindo as dívidas a fornecedores, em conformidade com o plano da continuidade dos negócios.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme segue:

	2021		2020	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:				
Empréstimos bancários:				
Instituições de Crédito a)	20 274 073		20 274 073	
Outros empréstimos b)	1 320 185		1 320 185	
	<u>21 594 258</u>	<u>0</u>	<u>21 594 258</u>	<u>0</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Descobertos bancários	14 632		11 257	
	<u>14 632</u>	<u>0</u>	<u>11 257</u>	<u>0</u>
Total instituições financeiras	<u>21 608 890</u>	<u>0</u>	<u>21 605 515</u>	<u>0</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Techinfor	908 139		840 102	
Reditus CIS	69 200			
Solidnetworks	492 107		220 532	
Reditus Consulting	1 136 405		886 173	
RBP	1 601 941		1 407 771	
JobValue	286 762		239 462	
Total outras entidades	<u>4 494 555</u>	<u>0</u>	<u>3 594 040</u>	<u>0</u>
	<u>26 103 445</u>	<u>0</u>	<u>25 199 555</u>	<u>0</u>

Encontra-se em curso, uma negociação tendente à reestruturação destes passivos bancários com redução parcial e substancial da dívida, cujas diligências estão a ser desenvolvidas diretamente com as entidades gestoras dos referidos créditos, em conformidade com o plano de reestruturação estratégico descrito no relatório de gestão.

a) Os empréstimos com garantias existentes em 31 de dezembro de 2021 são:

- Empréstimo do Millennium BCP (cedido a entidade terceira do sector financeiro mediante a celebração de um “*Credit Assignment Agreement*” na data de 11 de janeiro de 2021”) com o capital em dívida de 19.170.000 euros, o qual tem como garantia o penhor de 502.747 ações, atualmente convertidas para 35.333 ações do Millennium BCP e o penhor de 10.900.000 ações da Reditus Gestão;
- O empréstimo do Novo Banco de 1.104.073 euros, tem como garantia uma penhora de 4º grau, sobre 104.428 ações da Reditus SGPS e 100.000 ações da Reditus Gestão, com uma taxa de juro de 2,75%, que possui uma cláusula que permite ao banco solicitar o reembolso antecipado total ou parcial caso exista por parte dos acionistas Miguel Pais do Amaral, Fernando Manuel Cardoso Malheiro Fonseca Santos, António Maria Mello Silva César Menezes, José António Limão Costa Gatta, transmissão de participações representativas do capital do grupo superiores a 5% das detidas por cada um deles.

b) O empréstimo do Santander foi cedido a uma entidade terceira do sector financeiro, mediante a celebração de um Contrato de Compra e Venda de Créditos na data de 24 de junho de 2019, pelo montante de 1,320 milhões de euros.

Responsabilidade solidária da Reditus SGPS em financiamentos:

- Em 31 de dezembro de 2021, a Reditus SGPS, era solidariamente responsável em três financiamentos contraídos juntos do Novo banco, pelas sociedades, All2it Infocomunicações SA, Partblack, SA e Reditus Gestão, SA, que à data ascendiam aos montantes de 986.000€, 290.862€ e 5.586.720€, respetivamente;
- Adicionalmente era mantida responsabilidade solidária com a Reditus Gestão nos financiamentos que esta mantém junto da Caixa Central de Crédito Mútuo, no ABANCA, na Caixa Económica Montepio Geral e na Parvalorem, nos montantes de 875.000€, 277.177€, 4.482.866€ e 71.753€, respetivamente;
- Adicionalmente era mantida responsabilidade solidária com a GTO Consulting, no montante de 1.005.109€, em operação de leasing imobiliário com o BCP. Este valor está incluído no PER da sociedade GTO Consulting;
- Era, ainda, mantida responsabilidade solidária com a TECHINFOR no financiamento que esta tem junto do banco Efisa no montante de 7.831.155€. Este montante está incluído no PER da sociedade TECHINFOR;

14 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas “Outras dívidas a pagar” e “Dívidas a pessoal” apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020
Corrente		
Credores por acréscimos de gastos	1 369 115	894 674
Valores de pessoal a)	130 995	129 215
Outros credores	21 330	45 153
	<u>1 521 440</u>	<u>1 069 042</u>
	<u>1 521 440</u>	<u>1 069 042</u>

a) Referem-se a valores a pagar de períodos anteriores a 1 colaborador e aos órgãos sociais, estando em curso a implementação de uma plataforma de acordo. Em 2022, iniciaram-se os pagamentos para a regularização desta dívida ao colaborador.

15 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Não corrente				
Prestacionais		3 195 274		3 744 181
		<u>3 195 274</u>		<u>3 744 181</u>
Corrente:				
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta / pagamento especial por conta				
Retenção na Fonte	150 306		146 063	43 784
Retenção na Fonte - em mora				
Retenção na Fonte - Prestacional		-		-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	1 110	71 690		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		364 050		685 316
Imposto sobre o valor acrescentado	2 699	160 984		226 497
Contribuições para a Segurança Social		114 816		113 156
Prestacional				
Outros				
Prestacional (misto)		1 116 967		1 041 195
		<u>154 114</u>	<u>1 828 506</u>	<u>146 063</u>
				<u>2 109 948</u>

Encontra-se em curso uma renegociação global do passivo, nomeadamente a reestruturação do passivo fiscal em conformidade com o exposto no relatório de gestão.

As dívidas dos IRC de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 foram revertidas pelo mecanismo de solidariedade para as empresas Reditus Consulting e SolidNetworks. As dívidas de IRC referentes aos exercícios de 2019 foram revertidas para a sociedade Reditus Business Products.

Não obstante as empresas Techinfor, SA e GTO, SA integrarem o consolidado do Grupo, o seu imposto não foi reportado para a empresa-mãe, tendo o mesmo sido contabilizado na própria empresa, porque no decorrer dos exercícios de 2019 e 2020 respetivamente, as empresas recorreram a um mecanismo legal de revitalização (Processo Especial de Revitalização). As dívidas em mora e contingências encontram-se divulgadas nas notas 22 e 23.

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme segue:

	2021	2020
Trabalhos especializados	66.100	71.873
Rendas e alugueres	24.799	20.287
Outros	4.905	4.904
Seguros	28.361	22.440
Água, eletricidade e combustíveis	6.367	5.660
Deslocações, estadas e transportes	7.806	9.230
Comunicação	11.776	7.258
Conservação e Reparação	2.624	2.845
	<u>152.737</u>	<u>144.498</u>

17 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme segue:

	2021	2020
Remunerações do pessoal	29.781	29.781
Encargos sobre remunerações	3.134	6.799
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	88	80
Outros	92	139
	<u>33.096</u>	<u>36.799</u>

O número de trabalhadores a 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram de dois colaboradores.

18 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme segue:

	2021	2020
Prestação de serviços	45 000	-
Outros rendimentos	360 712	82 989
	<u>405 712</u>	<u>82 989</u>

Os Outros rendimentos respeitam a correcções de exercicios anteriores.

19 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme segue:

	2021	2020
Impostos	3 024	2 253
Dividas incobráveis	123 930	
Correções de exercícios anteriores	2 388	
Gastos e perdas em ativos financeiros		2 813
Outros	336	488
	<u>129 677</u>	<u>5 553</u>

As dividas incobráveis referem-se ao registo do *haircut* da dívida a receber da GTO Consulting, no valor de 123.930€, decorrente da homologação e da sentença de trânsito em julgado do PER dessa sociedade.

20 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são conforme segue:

	2021		2020	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	640 795		303 874	
Mora e compensatórios	97 662		20 598	
Outros financiamentos		738 457	43	324 515
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos				
Outros gastos de financiamento	15 009	15 009	21 092	21 092
		<u>753 466</u>	<u>345 607</u>	

Os proveitos e ganhos inerentes a juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme segue:

	2021		2020	
Juros obtidos				
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	625			
Financiamentos concedidos a subsidiárias	50 482	51 107	42 006	42 006
		<u>51 107</u>	<u>42 006</u>	<u>42 006</u>

21 PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2021:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas ativos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos	Proveitos Suplementares
Empresa-mãe									
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa									
Subsidiárias									
Associadas			4 171	77 263			45 000	50 482	50
Interesses em empreendimentos conjuntos									
Pessoal chave da gestão									
Outras partes relacionadas									
			4 171	77 263			45 000	50 482	50

2020:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas ativos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos	Proveitos Suplementares
Empresa-mãe									
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa									
Subsidiárias									
Associadas			4.594	53.124				42.006	2.103
Interesses em empreendimentos conjuntos									
Pessoal chave da gestão									
Outras partes relacionadas									
			4.594	53.124				42.006	2.103

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2021:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe					0		0
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa					0		0
Subsidiárias					0		0
Associadas	350 048			350 048	93 762		93 762
Interesses em empreendimentos conjuntos					0		0
Pessoal chave da gestão					0		0
Outras partes relacionadas					0		0
	350 048	0	0	350 048	93 762	0	93 762

2020:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe							
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa							
Subsidiárias							
Associadas	357.096			357.096	81.237		81.237
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Pessoal chave da gestão							
Outras partes relacionadas							
	357.096			357.096	81.237		81.237

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa apresentava os seguintes empréstimos obtidos e concedidos a partes relacionadas:

2021:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe			0			0
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa			0			0
Subsidiárias						
Associadas		4 494 555	4 494 555	-	4 138 114	4 138 114
Interesses em empreendimentos conjuntos			0			0
Pessoal chave da gestão			0			0
Outras partes relacionadas			0			0
	0	4 494 555	4 494 555	0	4 138 114	4 138 114

2020:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa						
Subsidiárias						
Associadas	3.594.040		3.594.040	4.184.554		4.184.554
Interesses em empreendimentos conjuntos						
Pessoal chave da gestão						
Outras partes relacionadas						
	3.594.040		3.594.040	4.184.554		4.184.554

22 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 45.000 euros para a Empresa Reditus SGPS individualmente e pelas contas consolidadas.

Negócios com a Entidade

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeito do nº 2 da alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A empresa não detém qualquer sucursal, tanto em território nacional como no estrangeiro.

Ações Próprias

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2021, a Empresa não efetuou transações com ações próprias.

Desde 2012 a Reditus SGPS detém em carteira 255.183 ações próprias, representativas de 1,743% do capital social, e que têm um valor nominal de 1,00 euro/cada. Este número manteve-se inalterado no exercício de 2021.

Dívidas em Mora

Dando cumprimento ao estipulado no Art.º 210 da Lei nº 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo) e nos termos do Decreto-lei 534/80, de 7 de novembro, a Administração informa que a sociedade apresenta as seguintes dívidas à Autoridade Tributária e ao IGFSS:

	2021	2020
IGFSS	123 356	215 309
Direção Geral dos Impostos	4 887 555	4 370 424
	5 010 912	4 585 733

Estão aprovados planos prestacionais pela Autoridade Tributária e pela IGFSS, que estão a ser cumpridos, nos montantes de 3.815.529,65€ e 121.696,60€ respetivamente.

23 CONTINGÊNCIAS

A Empresa foi notificada para proceder a correções em sede de IRC no montante em cerca de 5,01 milhões de euros adicionado de juros e custas (cerca de 2,68 milhões de euros), com referência aos anos de 2005 a 2007 (cerca de 2,41 milhões de euros) e aos anos de 2013 a 2015 (cerca de 2,34 milhões de euros), assim como a uma correção de IRC 2019, adicionado de coimas de IVA e IRC (cerca de 0,26 milhões de euros). Sendo, contudo, convicção da administração que os juros e custas não serão devidos tendo em consideração as impugnações descritas e o processo de reestruturação do grupo que se encontra em curso:

- (i) A liquidação de IRC referente a 2004 não envolve imposto a pagar, refletindo-se em correções dos exercícios posteriores. A Empresa aguarda o desfecho da impugnação judicial que apresentou relativamente à liquidação de 2005, na parte em que não lhe foi dada razão em sede do recurso hierárquico. Os recursos hierárquicos que a Empresa apresentou, relativamente às liquidações referentes aos exercícios de 2006 e 2007, foram parcialmente deferidos, sendo que a única questão que se mantém em relação a estes dois exercícios se prende com o reporte de prejuízos de exercícios anteriores, dependente do resultado da impugnação deduzida contra o IRC de 2005.
- (ii) As correções de IRC referente a correções de IRC referente a 2013 a 2015 não envolve imposto a pagar, refletindo-se nas correções dos exercícios posteriores. A Empresa aguarda o desfecho da impugnação judicial que apresentou relativamente às respetivas liquidações;

É entendimento da Administração que esta situação não implica qualquer responsabilidade não refletida nas contas da Empresa.

24 EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Como factos relevantes ocorridos em 2022, até à data de emissão do presente relatório destacamos:

Conflito Rússia – Ucrânia

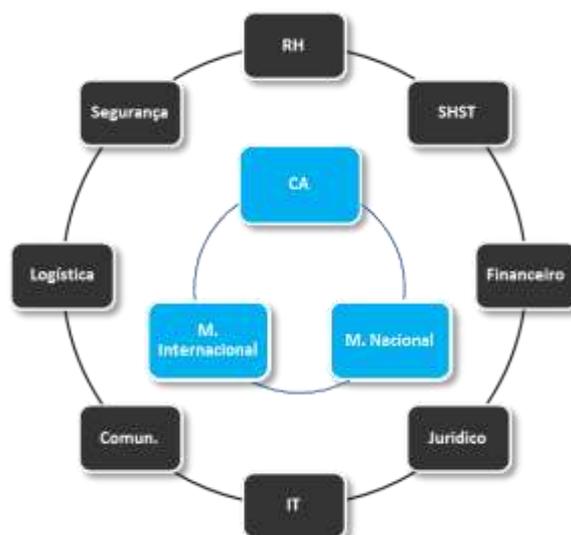
A guerra iniciada em fevereiro de 2022 entre a Rússia e a Ucrânia trará inevitavelmente impactos significativos às economias portuguesa e europeia. Poder-se-ão sentir os seus efeitos por exemplo no aumento dos preços da eletricidade e gás, bem como, por arrasto, de diversos outros produtos e serviços. Não obstante este quadro incerto a Administração da Reditus SGPS entende que a solvabilidade da Empresa não está em causa.

Covid-19

Desde o início de 2020 que a Reditus monitoriza a situação da pandemia de COVID-19 de muito perto, recorrendo à informação disponibilizada pelas entidades oficiais a nível nacional e internacional.

A propagação do vírus SARS-CoV-2, teve um impacto na economia, no emprego e nas empresas muito significativo e a Reditus, embora seja das organizações menos afetadas, não é imune a este tipo de situações, principalmente se se prolongarem por muito tempo.

O Conselho de Administração constituiu um grupo de trabalho ad hoc multidisciplinar por si coordenado e que inclui os responsáveis dos mercados e de áreas de suporte (RH, SHST, Financeira, Jurídica, IT, Comunicação, Logística e Segurança) que reúne frequentemente (diariamente durante o período de um ano compreendido entre março de 2020 e março de 2021 e na presente data numa base bissemanal) para poder avaliar os dados sobre o impacto da crise nas várias dimensões da organização (saúde das pessoas, operações, atividade comercial, desempenho económico e financeiro e estratégia a curto e médio prazo) e reagir coordenadamente.



Grupo Ad hoc para o Covid-19

Apesar de se verificar um progressivo levantamento das medidas de controlo do risco de transmissão da COVID-19, o Conselho de Administração mantém ativo o estado de contingência de acordo com o cenário de pandemia previsto no PCN (Plano de Continuidade do Negócio da Reditus), procurando assim minimizar o impacto da doença na Reditus e nas partes interessadas.

Assim, à data do presente relatório, o Conselho de Administração continua a considerar que dispõe dos recursos e meios necessários para manter a atividade e que se mantém válido o pressuposto da continuidade das operações utilizado nas demonstrações financeiras agora apresentadas.

Recebimentos de clientes angolanos

Durante o mês de novembro de 2022, foi recebido o montante de 10,858 milhões de euros de clientes do sector público angolano através da linha protocolada entre Portugal – Angola para cobertura de riscos de exportações nacionais de bens, serviços e equipamentos.

PER TECHINFOR

Decorrente do plano estratégico de reestruturação do grupo, que está a ser desenvolvido para a reestruturação do seu passivo global, nomeadamente o passivo bancário, fiscal e operacional, a sua participada TECHINFOR, submeteu um processo “PER - Processo Especial de Revitalização” que foi homologado com sentença de trânsito em julgado ocorrida na data de 18 de maio de 2021.

O plano de reestruturação apresentado e aprovado pelos credores, encontra-se em execução em 2022 de acordo com as medidas delineadas pelo que a Administração está confiante no atingimento dos resultados definidos.

PER GTO Consulting

Decorrente do plano estratégico de reestruturação do grupo, que está a ser desenvolvido para a reestruturação do seu passivo global, nomeadamente o passivo bancário, fiscal e operacional, a sua participada GTO Consulting, S.A. (adiante designada por “GTO”), submeteu na data de 20 de fevereiro de 2021, um processo “PER - Processo Especial de Revitalização. O plano de recuperação, após a reclamação de créditos efetuada pelos seus credores, foi votado favoravelmente pela maioria dos credores, homologado pelo juiz com sentença de trânsito em julgado em 14 setembro de 2021.

Este plano encontra-se em execução em 2022 de acordo com as medidas delineadas pelo que a Administração está confiante no atingimento dos resultados definidos.

As apresentações dos presentes processos visaram, pois, criar condições para a reestruturação e ajustamento do passivo global (financiamentos, estado, fornecedores e outros credores) em aproximadamente 65%, sendo que os planos de revitalização aprovados pelos credores, estão a ser cumpridos durante os exercícios de 2021 e 2022.

25 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo o exercício de 2021 encerrado com um resultado líquido negativo em 3.373.692 euros, o Conselho de Administração propõe que o mesmo seja transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 30 de maio de 2023

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 9.704.784 euros e um total de capital próprio negativo de 53.377.981 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.373.692 euros), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio individual e a demonstração dos fluxos de caixa individual relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A rubrica Provisões (Passivo não corrente), inclui o valor de 27.592 milhares de euros respeitante à valorização da participada Reditus, Gestão, S.A. cuja certificação legal das contas do período em exame (emitida por outra sociedade de revisores de contas), por via da valorização das participações nas suas subsidiárias, inclui uma reserva por limitação de âmbito devido a não terem sido auditadas as subsidiárias de responsabilidade limitada não sujeita a revisão legal de contas e duas reservas por desacordo, no montante global de 1.600 milhares de euros, (devido à não contabilização de juros vencidos relativos a valores em dívida à Autoridade tributária e Segurança social), donde resulta que não nos é possível avaliar o efeito do eventual impacto do conjunto destas situações na determinação do valor a reconhecer de responsabilidades inerentes a obrigações legais ou construtivas a favor da subsidiária Reditus Gestão, S.A.

AUREN AUDITORES & ASSOCIADOS, S.P.O.C., S.A.
Inscrição O. R. O. C. n.º 123 Registo C. M. V. M. n.º 20161441 Memória C. R. C. Lisboa n.º 12772 Capital € 75.000 NIF/VAT: 503 373 885

Rua Fradesso do Silveiro 6, 3.º A,
1300-609 Lisboa / Portugal
tel / Fax: +351 213 602 500 / 0
auren.lisboa@auren.pt

AUREN AUDITORES

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Em 31 de dezembro de 2021, as demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade, embora apresentem os valores de Capital próprio e de Fundo de maneiio negativos. Adicionalmente a esta posição financeira negativa, realçamos ainda as situações seguintes, divulgadas na nota 23 e 24 do Anexo às contas e no Relatório de Gestão (nota 3, Plano de reestruturação Estratégico): i) contingências dos processos de correções de IRC, no âmbito de inspeções fiscais à Entidade, no total de cerca de 5,0 milhões de euros, acrescidos de juros e custos de cerca de 2,7 milhões de euros, que não foram contabilizados por se encontrarem em reclamação graciosa ou recurso hierárquico e algumas delas em impugnação judicial ii) elevado endividamento bancário, que se encontra em processo de reestruturação e iii) mora no pagamento das dívidas à Administração tributária e Segurança social as quais se encontram incluídas em processo de negociação global do passivo do grupo.

Consideramos que estas matérias consubstanciam uma incerteza material na continuidade das operações da Entidade.

A incerteza material relacionada com a continuidade encontra-se divulgada nas notas do Anexo e do Relatório de gestão acima referidas, em que a Administração i) reconhece as condições e os acontecimentos que estiveram na origem dessa incerteza ii) releva as ações e negociações que está a desenvolver para ultrapassar a situação de desequilíbrio financeiro e iii) manifesta a convicção de que os resultados positivos das medidas implementadas, que se encontram em curso no âmbito do plano de reestruturação estratégico desenvolvido, nomeadamente a aprovação dos planos de revitalização pelos credores das subsidiárias Techinfor e GTO Consulting, assim como o influxo financeiro de 10,8 milhões de euros recebidos em novembro de 2022 de clientes do sector público angolano, permitirão reequilibrar os fluxos de tesouraria e garantir a continuidade das operações.

As demonstrações financeiras não incluem qualquer ajustamento que possa a vir ser necessário efetuar no caso de se constatar que o pressuposto da continuidade não foi de aplicação apropriada.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.



Ênfase

Conforme mencionado na nota nº 1 do Anexo às contas, as demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Entidade a nível individual, encontrando-se as participações financeiras registadas pelo método da equivalência patrimonial. Nos termos da legislação em vigor, a Entidade prepara as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais adotadas pela UE, que devem ser lidas em conjunto com as apresentadas em anexo.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Não considerámos na auditoria outras matérias relevantes para além do mencionado nos parágrafos "Bases para a opinião com reservas" e "Incerteza material relacionada com a continuidade".

Outras matérias

A Certificação Legal das Contas do período anterior incluía uma reserva por desacordo relativa à valorização da participada Reditus Gestão, S.A. que não se aplica no período em exame, dado que, decorrente da decisão/ordem emitida pelo Regulador, duas das subsidiárias daquela participada procederam, no período em exame, ao registo de imparidades sobre os saldos a receber por parte de entidades angolanas, pelo valor global de cerca de 59,4 milhões de euros.

Nestas circunstâncias, e tal como descrito na nota 2.2 do Anexo às demonstrações financeiras, os comparativos das contas em exame foram reexpressos consubstanciando o efeito do registo daquele valor de imparidades na valorização da participação na subsidiária Reditus Gestão, S.A.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;





- elaboração do relatório de gestão, o relatório de governo societário, demonstração não financeira e relatório de remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequadas nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todas as relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 245.º-C, n.º 6 do Código de Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do regulamento (EU) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2017 para um mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizadas em 30 de junho de 2020 para segunda mandato compreendido entre 2020 e 2022.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo a 29 de maio de 2023.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 30 de maio de 2023

AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A.
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 8158)


Victor Manuel Leitão Ladeiro
(R.O.C. n.º 651)



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Reditus SGPS, SA vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de 2021, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da Reditus SGPS, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

Fiscalização da Sociedade

O Conselho Fiscal, desde que foi eleito, dando cumprimento aos seus deveres legais de fiscalização, acompanhou a gestão da empresa e a evolução dos seus negócios.

O Conselho Fiscal, no âmbito da sua atividade, e no estrito cumprimento dos seus deveres legais, apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira, os quais considera adequados e acompanhou, ainda, o sistema de gestão de riscos e a eficácia do sistema de controlo interno, não tendo havido quaisquer constrangimentos ao exercício da sua atividade. O Conselho Fiscal recebeu sempre a colaboração solicitada por parte do Conselho de Administração, bem como dos responsáveis operacionais pelos serviços de contabilidade, de tesouraria e jurídicos.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais incluem as demonstrações da posição financeira, a demonstração dos resultados, as demonstrações dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e respetivos anexos, do exercício findo àquela data, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

Além disso analisou, e concorda, com as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

Declaração de conformidade

Nos termos do artigo 245º do número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados e dos fluxos de caixa da Sociedade. Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade.

Parecer

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Reditus, SGPS, SA, possa aprovar o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2021.

Alfragide, 30 de maio de 2023

O Conselho Fiscal,

Dr. Armando Jorge de Carvalho Costa e Silva – Presidente

Dr. Luís Henriques de Lancastre de Lima Raposo – Vogal

Dr^a Sónia Maria Soares Aguiar – Vogal



PORTUGAL

SEDE

Av. 5 de Outubro, 125, loja 2
1050-052 Lisboa

ESCRITÓRIOS CENTRAIS

Estrada do Seminário, 2
Edifício Reditus
2614-522 Alfragide

REDITUS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Sociedade Aberta | Sede: Av. 5 de Outubro, 125, loja 2
1050-052 Lisboa
Capital Social: 14.638.691,00 Euros
Matriculada na C.R.C. de Lisboa com o número único de matrícula
de Pessoa Colectiva nº 500 400 997